



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 04.07.2016

Aos 04 dias do mês de julho de 2016, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003533-72.2016.5.04.0000 (PA). O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya de Goes, pela Diretora de Secretaria Nadir da Costa Jardim e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 23.03.1959

Data da última correição realizada: 08.07.2015

Data de Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 04.07.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

Juiz (a)	Situação	Período
Valdete Souto Severo	Juíza Titular	Desde 18.04.2016
Jefferson Luiz Gaya de Goes	Juiz Substituto	Desde 24.11.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.06.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 4ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 01 vaga Juiz substituto, ocupada pelo Juiz Jefferson Luiz Gaya de Goes.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correccionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
----------	------------	-----------------	-------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	José Cesário Figueiredo Teixeira	Desde 29.09.2004 a 17.04.2016	Juiz Titular	01 ano, 06 meses e 19 dias
2	Valdete Souto Severo	Desde 18.04.2016	Juíza Titular	02 meses e 17 dias
3	Jefferson Luiz Gaya de Góes	Desde 24.11.2014	Juiz Substituto Lotado	01 ano, 07 meses e 11 dias
		20.12.2014 a 06.01.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	17 dias
		07.01 a 05.02.2015	Juiz Titular estava em férias	29 dias
		06.02 a 12.04.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	02 meses e 07 dias
		13.05 a 13.09.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	04 meses e 01 dias
		14.10 a 31.10.2015	Juiz Titular estava em Férias	18 dias
		01.11 a 19.12.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	19 dias
		20.12.2015 a 06.01.2016	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	18 dias
		07.01 a 10.01.2016	Juiz Titular estava em férias	04 dias
		16.01 a 26.01.2016	Juiz Titular estava em férias	11 dias
		27.01 a 09.02.2016	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	14 dias
		11.03 a 17.04.2016	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	01 mês e 07 dias
		18.04 a 26.04.2016	Juiz Substituto lotado	09 dias
		27.04 a 01.05.2016	Afastamento da Juíza Titular (PA 0000799-51.2016.5.04.0000)	05 dias
02.05 a 03.07.2016	Juiz Substituto lotado	02 meses e 02 dias		
04.07 a 15.07.2016	Afastamento da Juíza Titular (PA 0003055-64.2016.5.04.0000)	12 dias		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4	Cláudia Elisandra de Freitas Carpedo (Juíza do Trabalho Substituta)	07.01 a 11.03.2015	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	02 meses e 05 dias
5	Márcia Padula Mucenic (Juíza do Trabalho Substituta)	12.03 a 12.04.2015	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 mês e 01 dias
6	Kelen Patrícia Bagetti (Juíza do Trabalho Substituta)	13.04 a 05.05.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	23 dias
7	Felipe Lopes Soares (Juiz do Trabalho Substituto)	06.05 a 12.05.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	07 dias
		13.05.2015	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 dia
8	André Sessim Parisenti (Juiz do Trabalho Substituto)	15.06 a 19.07.2016	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 mês e 05 dias
		21.07 a 13.09.2015	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 mês e 23 dias
		14.09 a 12.10.2015	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	29 dias
		13.10.2015	Juiz Titular estava em férias	01 dia
		14.10.2015	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 dias
		16.10 a 18.11.2015	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 mês e 03 dias
		07.01 a 10.01.2016	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	04 dias
		11.01 a 15.01.2016	Juiz Titular estava em férias	05 dias
		16.01 a 09.02.2016	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	24 dias
10.02 a 10.03.2016	Juiz Titular estava convocado para atuar no TRT	01 mês e 01 dia		



9	Jorge Fernando Xavier de Lima (Juiz do Trabalho Substituto)	14.03 a 17.04.2016	Juiz Substituto lotado estava na titularidade da Unidade Judiciária	01 mês e 04 dias
---	--	--------------------	---	------------------

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em.28.06.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	José Cesário Figueiredo Teixeira	Convocação para atuar no TRT	30.11.2014 a 06.01.2015	38
		Férias	07.01 a 05.02.2015	30
		Convocação para atuar no TRT	06.02 a 12.10.2015	249
		Férias	13.10 a 31.10.2015	19
		Convocação para atuar no TRT	01.11 a 19.12.2015	49
		Férias	07.01 a 26.01.2016	20
		Convocação para atuar no TRT (somente no período em que esteve lotado na Unidade Judiciária correcionada)	27.01 a 17.04.2016	82
Titular	Valdete Souto Severo	Afastamento PA 0000799-51.2016.5.04.0000	27.04 a 01.05.2016	05
		Afastamento PA 0003055-64.2016.5.04.0000	04.07 a 15.07.2016	12
Substituto lotado	Jefferson Luiz Gaya de Góes	Férias	13.04 a 12.05.2015	30
		Férias	14.09 a 13.10.2015	30
		Licença-paternidade	11.01 a 15.01.2016	05
		Férias	10.02 a 10.03.2016	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em.28.06.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Nadir da Costa Jardim	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	20.04.2016
2	Michael Miotto	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	03.05.2016
-	Gustavo Correa Becker	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	25.11.2014
3	Peterson de Medeiros Batista	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	09.07.2015
4	Ridan Dias Cardoso e Silva	Analista Judiciário - Área Judiciária	Secretário de Audiência (FC03)	01.03.2016
5	Roberto Luiz Zottis	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	04.10.1993
6	Eroci Ernani Fernandes de Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.06.2015
7	Ricardo Simon Pires	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	13.01.2012
8	Alessandra Pereira de Andrade	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	17.06.2016
9	Cristiane Marsiglia Pinto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	29.04.2015
10	Henrique Mantovani Dias	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	14.01.2013
11	Maria do Carmo de Oliveira Laroque	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	07.01.2013
12	Rodrigo Dutra Boeira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	31.05.2005
13	Ursula Elizabete Isernhagen Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	01.07.2009

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 2106.2016)



2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.624,33 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Nadir da Costa Jardim Desde 20.04.2016*	Curso ou Evento (CURS)	02	02
Michael Miotto Desde 03.05.2016*	Curso ou Evento (CURS)	02	02
Gustavo Correa Becker	-	-	-
Peterson de Medeiros Batista Desde 09.07.2015*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	01
Ridan Dias Cardoso e Silva Desde 01.03.2016*	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Roberto Luiz Zottis	-	-	-
Eroci Ernani Fernandes de Souza Desde 09.06.2015*	Curso ou Evento (CURS)	02	07
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	05	
Ricardo Simon Pires	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	77	77



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Alessandra Pereira de Andrade Desde 17.06.2016*	-	-	-
Cristiane Marsiglia Pinto Desde 29.04.2015*	Licença-Gestante (LG)	120	351
	Licença-Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	170	
Henrique Mantovani Dias	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Maria do Carmo de Oliveira Laroque	Curso ou Evento (CURS)	02	05
	Dispensa Médica (DM)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	02	
Rodrigo Dutra Boeira	Dispensa Médica (DM)	01	01
Ursula Elizabete Isernhagen Rodrigues	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	05
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	01	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se ter sido publicada portaria de greve na Unidade Judiciária (nº 01/2015) restringindo o horário do expediente externo, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Erica Fedatto	05.08. 2014	08.03.2015	07 meses e 04 dias	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. Wilson Carvalho Dias- Chefe de Gabinete Desembargador (CJ2)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2	Maria Beatriz Garcia Pinto	05.05.2014	12.04.2015	11 meses e 08 dias	Lotação na Secretaria Seção Especializada em Execução-Auxiliar Especializado (FC01)
3	Fatima Isabel Machado Tlajja Ramos	12.04.2012	12.05.2015	03 anos, 01 mês e 01 dia	Lotação na Seção de Digitalização
4	Walter Oliveira	15.04.2015	09.06.2015	01 mês e 25 dias	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. Luiz Vargas – Assistente de Gabinete (FC05)
5	Kelli Silveira dos Santos Tissot	22.05.2015	16.06.2015	25 dias	Remoção para o Tribunal Superior do Trabalho
6	Luis Eduardo Kohler	10.01.2013	30.06.2015	02 anos, 05 meses e 21 dias	Lotação na VT de São Jerônimo – Diretor de Secretaria (CJ3)
7	Ricardo Pinto de Almeida	07.12.2012	13.01.2016	03 anos, 01 mês e 07 dias	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. João Ghisleni Filho – Assistente de Gabinete (FC05)
8	Catiulce Fontoura Pinto	13.12.2011	29.02.2016	04 anos, 02 meses e 17 dias	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. Herbert Paulo Beck – Assistente de Gabinete (FC05)
9	Fabio da Silva Soares Freitas	03.08.2015	21.03.2016	07 meses e 19 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
10	Gustavo Martini Fajreldines*	05.11.2014	19.04.2016	01 ano, 05 meses e 15 dias	Lotação na Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial



11	Aline Pinto Moehlecke**	17.07.2015	02.05.2016	09 meses e 16 dias	Lotação na 20ª VT de Porto Alegre – Assistente de Juiz Titular (FC)
----	-------------------------	------------	------------	--------------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2016)

* O servidor ocupava a função comissionada de Diretor de Secretaria (CJ3) na Vara do Trabalho correccionada.

** A servidora já ocupava a função comissionada Assistente de Juiz Titular FC05 na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Carolinne Franco Marins	Superior em Direito	28.09.2015 a 27.09.2016
2	Gilson Souza Lacerda Filho	Superior em Direito	01.09.2015 a 31.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.06.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	José Cesário Figueiredo Teixeira	-	-	67	67
Titular	Valdete Souto Severo	-	-	52	52
Substituto lotado	Jefferson Luiz Gaya de Góes	-	-	12,5	12,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.06.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Nadir da Costa Jardim*	-	-	321,5	321,5
Michael Miotto	-	-	-	-
Gustavo Correa Becker	-	-	-	-
Peterson de Medeiros Batista	-	-	-	-
Ridan Dias Cardoso e Silva	-	-	14	14



Roberto Luiz Zottis	-	-	145	145
Eroci Ernani Fernandes de Souza	-	-	65	65
Ricardo Simon Pires	-	-	67	67
Alessandra Pereira de Andrade	-	-	179,5	179,5
Cristiane Marsiglia Pinto	-	-	-	-
Henrique Mantovani Dias	-	-	165	165
Maria do Carmo de Oliveira Laroque	-	-	16,5	16,5
Rodrigo Dutra Boeira	-	-	-	-
Ursula Elizabete Isernhagen Rodrigues	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

*Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL *

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67
São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33
Unidades com 1.501 a 2.000 processos por ano	63.576	68.465	73.766	1.673,23

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)



3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.221	2.695	21,34%	2.974	10,35%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	224	353	57,59%	380	7,65%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.508	1.255	-16,78%	1.321	5,26%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	48	66	37,50%	59	-10,61%
Total	4.001	4.369	9,20%	4.734	8,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

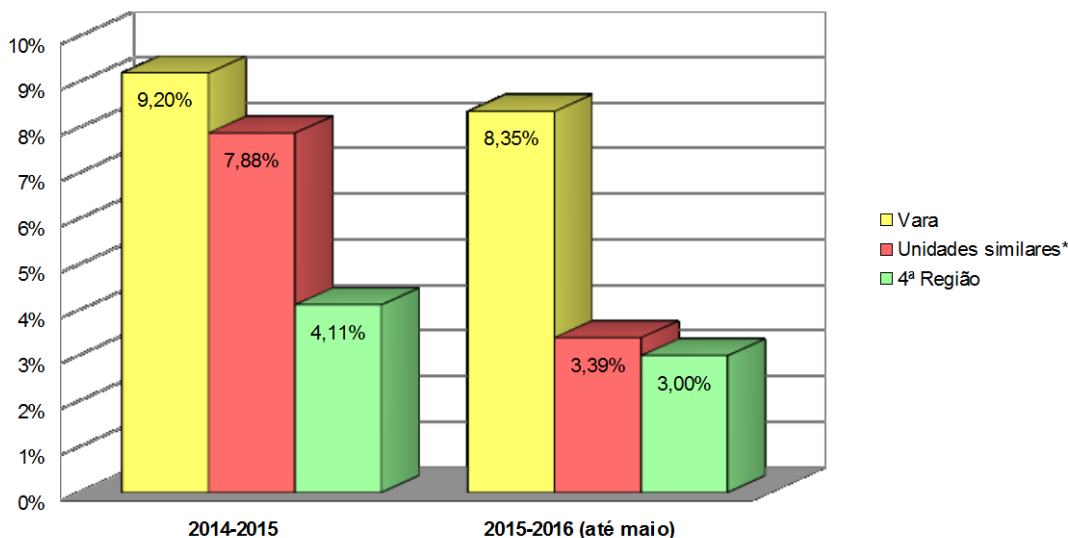
No ano de 2015, houve majoração de 9,2% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 474 processos); por sua vez, o acervo de processos na fase de execução registrou queda de 253 processos, o que importa um decréscimo de 16,78% no período em análise.

A variação do acervo de processos na 4ª Vara do Trabalho em Porto Alegre em 2015 foi superior à apresentada pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 7,88%, e que a média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação.

Ademais, nos primeiros cinco meses de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 8,35%, índice acima da média das Unidades com tramitação processual entre 1.501 e 2.000 processos por ano, bem como da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.558	1.782	14,38%	786	-55,89%
Sentenças anuladas/reformadas	5	2	-60,00%	1	-50,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.447	1.232	-14,86%	678	-44,97%
Processos pendentes de solução	995	1.491	49,85%	1.566	5,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

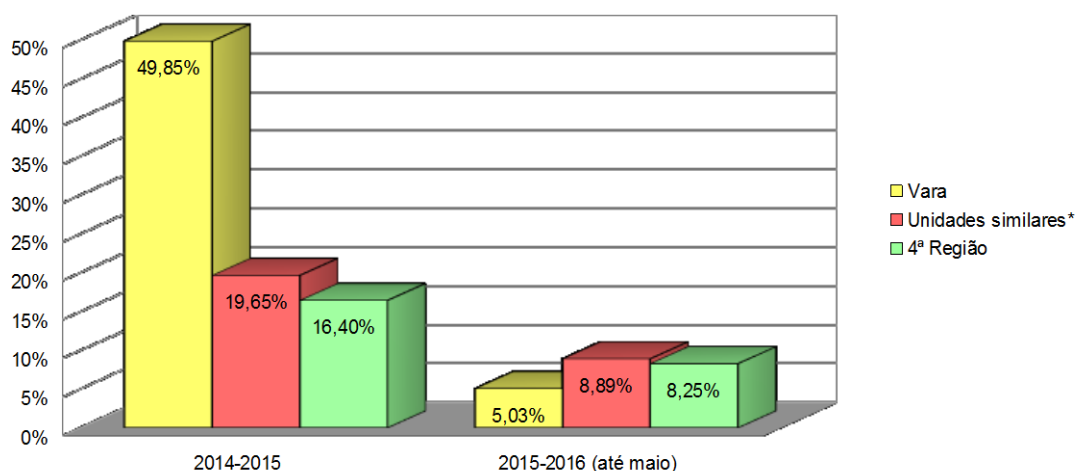
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 49,85% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 995 para 1.491 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 19,65% em seus processos pendentes) e à média de todo o Regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para este aumento do estoque na Unidade foi o aumento no número de casos novos associado a uma redução significativa no número de processos solucionados.

Outrossim, os dados dos cinco primeiros meses de 2016 apontam aumento de 5,03% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi inferior à média das unidades com tramitação processual similar (8,89%) e também à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (8,25%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (59,49%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2015 a 31.05.2016, houve aumento de 147,22% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	192	277	44,27%	259	-6,50%
Aguardando encerramento da instrução	664	887	33,58%	1.015	14,43%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	67	149	122,39%	154	3,36%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	72	178	147,22%	138	-22,47%
TOTAL	995	1.491	49,85%	1.566	5,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 04a Vara	92,88%	69,14%	-25,56%	86,26%	24,77%
Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	85,08%	-2,21%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	86,02%	-3,47%
---------------------	--------	--------	-------	--------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 69,14% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 25,56% no desempenho do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 17,86 e 19,97 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 04a Vara	59,13%	44,36%	-24,98%	29,78%	-32,88%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	31,64%	-40,77%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	33,17%	-39,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 44,36% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 24,98% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 9,06 pontos percentuais, bem como pela média de toda a 4ª Região em 10,84 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.05.2016)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	479	33,1	454	36,85	212	31,27
	Julgado procedente	35	2,42	26	2,11	19	2,8
	Julgado procedente em parte	586	40,5	441	35,8	260	38,35
	Julgado improcedente	154	10,64	89	7,22	73	10,77
	Extinto	5	0,35	10	0,81	2	0,29
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.259	87,01	1.020	82,79	566	83,48
Sem exame	Extinto	16	1,11	28	2,27	8	1,18
	Arquivamento (art. 844 CLT)	141	9,74	155	12,58	63	9,29
	Desistência	31	2,14	27	2,19	31	4,57



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

de mérito	Outras decisões	0	0	2	0,16	10	1,47
	SUBTOTAL	188	12,99	212	17,21	112	16,52
TOTAL		1.447	100	1.232	100	678	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

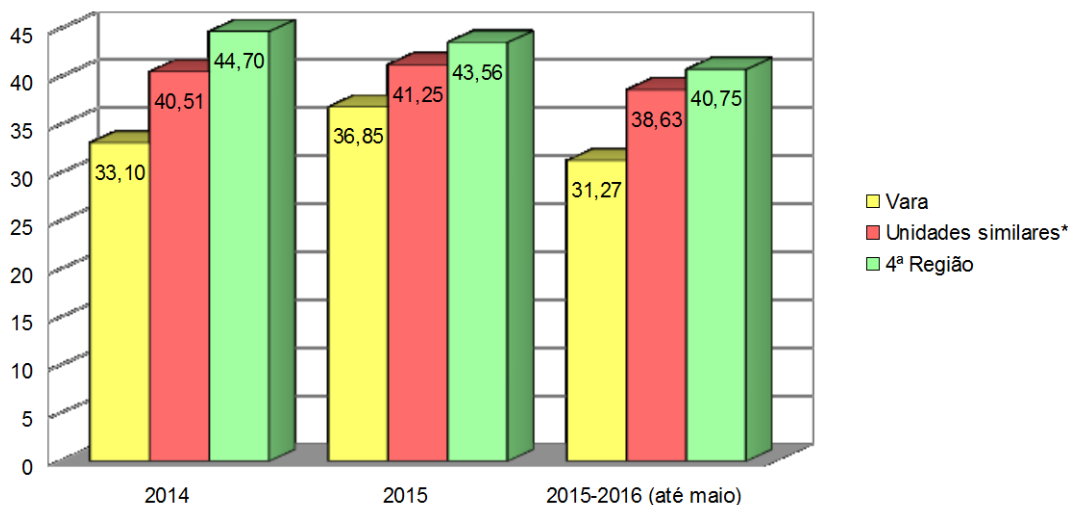
Verificou-se a diminuição de 215 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 14,86%. Essa queda destoa, negativamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 13,51% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e também da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se uma queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 780 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 566 decisões, representando uma redução de 27,44%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao obtido no conjunto das demais varas similares, em que a média alcançou 6,86%, bem como ao das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, em que a média avançou 7,56%.

A análise do quadro acima demonstra queda no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 479, representando 33,1% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 454, correspondendo, entretanto, a 36,85% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi 41,25%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. Por fim, constata-se que entre janeiro e maio do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 31,27%, resultado inferior à média das unidades com movimentação similar e à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Varição 2015-2016
Iniciadas	546	413	-24,36%	167	-59,56%
Encerradas	507	299	-41,03%	121	-59,53%
Pendentes	221	310	40,27%	343	10,65%
Arquivo Provisório	23	9	-60,87%	9	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação passou de 221, em 2014, para 310, em 2015, importando em um aumento de 40,27%. Esse desempenho foi muito inferior ao das demais unidades com tramitação processual similar, cujo estoque sofreu acréscimo de apenas 0,34% e também ao índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo acervo de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88% no período.

Um dos principais motivos para o aumento do acervo foi a redução drástica das liquidações encerradas (em 41,03%) na Unidade na comparação entre esses dois períodos.

Nos cinco primeiros meses de 2016, houve aumento de 33 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 10,65%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, em que a média apresentou aumento de 0,87%, e à média regional de 2015, que sofreu redução de 0,05%.



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 04a Vara	92,86%	72,40%	-22,03%	72,46%	0,08%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	85,37%	-3,83%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	88,14%	-0,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 72,4% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 22,03% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 16,38 e 16,03 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 04a Vara	68,05%	47,16%	-30,70%	25,37%	-46,21%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	34,43%	-35,71%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	35,42%	-34,80%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, em 2015, foi de 47,16% do número total de liquidações a encerrar – resultado 30,70% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 6,39 e 7,16 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	541	298	-44,92%	154	-48,32%
	Desarquivadas para prosseguimento	887	399	-55,02%	18	-95,49%

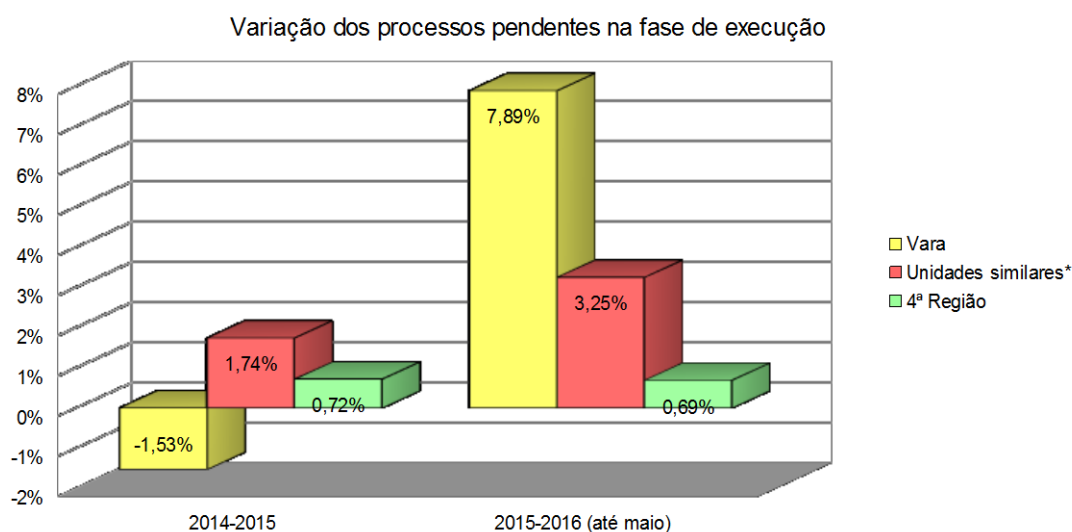


Saídas	Encerradas	522	368	-29,50%	91	-75,27%
	Arquivadas Provisoriamente	117	45	-61,54%	18	-60,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	36	8	-77,78%	7	-12,50%
	Demais	685	702	2,48%	759	8,12%
	Total	721	710	-1,53%	766	7,89%
Saldo no arquivo Provisório		1.249	878	-29,70%	873	-0,57%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Unidade baixou de 721 para 710 processos, o que corresponde a uma redução de 1,53% em relação ao ano anterior. Esse índice se mostra superior ao desempenho médio apresentado pelas Unidades que integram a 4ª Região no período em questão, que registrou elevação de 0,72% em seu acervo médio.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a maio de 2016 apontam um aumento de 7,89% no estoque de processos pendentes na fase de execução na unidade correccionada, resultado bastante maior que a média regional no mesmo período, que avançou apenas 0,69%.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Varição 2015-2016
Porto Alegre - 04a Vara	96,49%	123,49%	27,98%	59,09%	-52,15%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	63,31%	-19,47%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	72,36%	-9,59%



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 123,49% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 27,98% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 44,87 e 43,46 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 04a Vara	16,04%	16,23%	1,18%	5,22%	-67,80%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	6,68%	-57,73%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	7,47%	-51,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Unidade em 2015 foi de 16,23% do número total de execuções a encerrar – resultado 1,18% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em menos de 1 ponto percentual.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	93	75	-19,35%	59	-21,33%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	120	69	-42,50%	16	-76,81%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.555	1.557	0,13%	1.588	1,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.



Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.05.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **08 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0001167-53.2013.5.04.0004
Em 15-12-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No dia 18-12-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Styllus Gesso e Pinturas Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0034100-51.1991.5.04.0004
Em 8-5-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Olvebra Industrial S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
3	Processo nº 0039000-77.1991.5.04.0004
Em 26-2-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada Moveltec-Ind. e Comércio Ltda. A/C Sócios Fernando Sussembach e Martha permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
4	Processo nº 0047100-59.2007.5.04.0004
Em 20-5-2016 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Abel Maraschin e Silvia Maraschin permanecem inscritas junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
5	Processo nº 0070300-61.2008.5.04.0004
Em 21-1-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado João Carlos Boeira Pimentel permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
6	Processo nº 0105400-14.2007.5.04.0004
Em 6-5-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 3-8-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Caixa Econômica Federal permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	
7	Processo nº 0114800-62.2001.5.04.0004
Em 1-3-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas Metalúrgica Tarumã, Cleusa Maria Gewehr Rodrigues Gonçalves, Dereck Gonçalves e Ivesem Gonçalves permanecem inscritas junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	



8

Processo nº 0126300-47.2009.5.04.0004

Em 23-11-2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 3-12-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, os executados Paulo Sergio Souza da Motta e Rosangela Soares permanecem inscritos junto ao BNDT, ambos atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.06.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.05.2016)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	356	347	67	207	231	58	92	80	55
Antecipações de tutela	156	19	139	194	91	195	78	52	53
Impugnações à sentença de liquidação	64	74	14	64	62	27	10	9	23
Embargos à execução	146	141	33	127	122	37	39	18	56
Embargos à arrematação	5	5	0	1	0	1	1	1	1
Embargos à adjudicação	2	1	1	0	2	0	1	0	1
Exceções de pré-executividade	12	13	5	4	4	5	1	0	6
TOTAL	741	600	259	597	512	323	222	160	195

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 597 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 19,43% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados diminuiu 14,67% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 600 para 512. O número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 259 (em 2014) para 323 processos em 31.12.2015, uma variação de 24,71%. Destaca-se, por fim, que em 31.05.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 195 processos, saldo 39,63% inferior ao do final do período anterior – sendo que



os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte (28,71%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0000255-56.2013.5.04.0004
Situação processual: Em 13/10/1015, houve oposição de embargos declaratórios pelo reclamante. Sem que o petítório tivesse a devida conclusão, foi proferida “decisão/despacho” pelo Magistrado, apreciando os pedidos. Sem os andamentos específicos, quais sejam, “CONCLUSOS PARA DESPACHO/DECISÃO” e “DECISÃO EM INCIDENTE PROCESUAL”, permanece o incidente pendente de solução no sistema E-Gestão.	
2	Processo nº 0000531-92.2010.5.04.0004
Situação processual: Em 16/3/2015, foi oposta impugnação à sentença de liquidação pelo reclamante, os quais foram decididos por meio de “decisão/despacho”, em 10/4/2015. Não houve o lançamento no sistema do andamento específico “CONCLUSOS PARA DESPACHO/DECISÃO”, nem tampouco foi dada a correta solução ao incidente pelo lançamento do andamento “DECISÃO EM INCIDENTE PROCESSUAL”, o que causa a sua pendência de apreciação no sistema E-Gestão.	
3	Processo nº 0000100-53.2013.5.04.0004
Situação processual: Em 04/12/2015, houve oposição de embargos à execução/penhora pela reclamada, os quais, após a devida conclusão, foram apreciados através de “decisão/despacho”. Sem que tenha sido dada a correta solução ao incidente pelo lançamento do andamento “DECISÃO EM INCIDENTE PROCESSUAL”, permanece o incidente pendente de solução no sistema E-Gestão.	
4	Processo nº 0000100-53.2013.5.04.0004
Situação processual: Em 11/11/2015, foi apresentada exceção de pré-executividade pela reclamada. Não foi lançado o andamento de conclusão ao Magistrado para decisão. Em 26/11/2015, foi proferida decisão no incidente. Não houve, no entanto, a inserção, no Infor, do correto andamento para sua solução, qual seja, DECISÃO EM INCIDENTE PROCESSUAL, o que causa sua pendência junto ao sistema E-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.06.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	72,20	102,88	42,50%	89,87	-12,65%
	Média Ordinário	249,87	319,80	27,99%	307,49	-3,85%
	Média Geral	233,50	295,99	26,76%	282,62	-4,52%

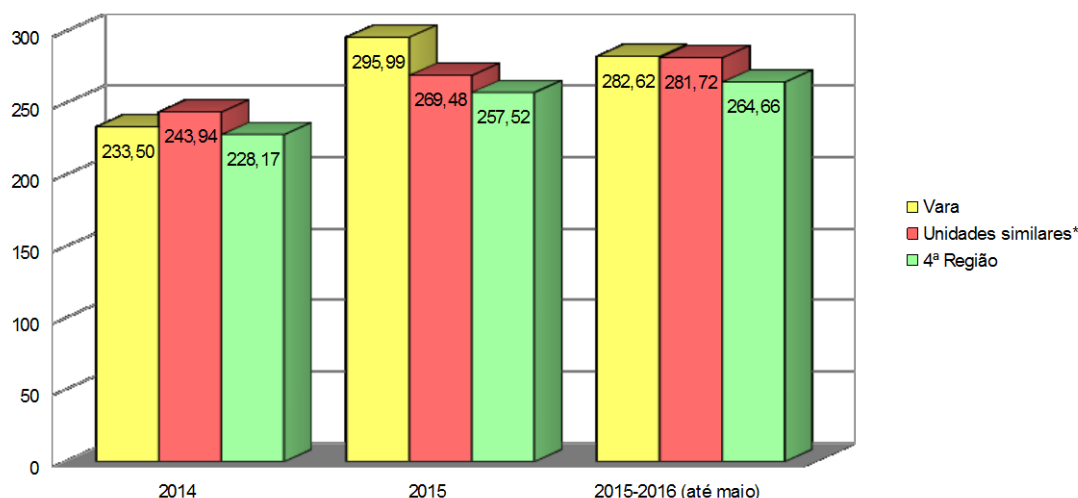
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 26,76%, passando de 233,5 para 295,99 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 42,5% em relação à média do ano anterior, passando de 72,2 para 102,88 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 319,8 dias, período esse 27,99% mais longo na comparação com o ano de 2014. Registra-se, contudo, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e maio de 2016 apontam uma redução de 4,52% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento, o qual totalizou 282,62 dias ao final do referido período.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 9,84% maior (26,51 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 14,94% maior (38,48 dias) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando a diferença verificada no ano de 2014. Outrossim, os dados dos primeiros cinco meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 0,32% maior (0,9 dias) que as demais Unidades Similares e 6,79% mais maior (17,96 dias) que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	115,8	80,14	-30,79%	194,5	142,69%
	Média Ordinário	157,74	151,9	-3,70%	240,86	58,56%
	Média Geral	155,52	148,05	-4,81%	238,33	60,98%

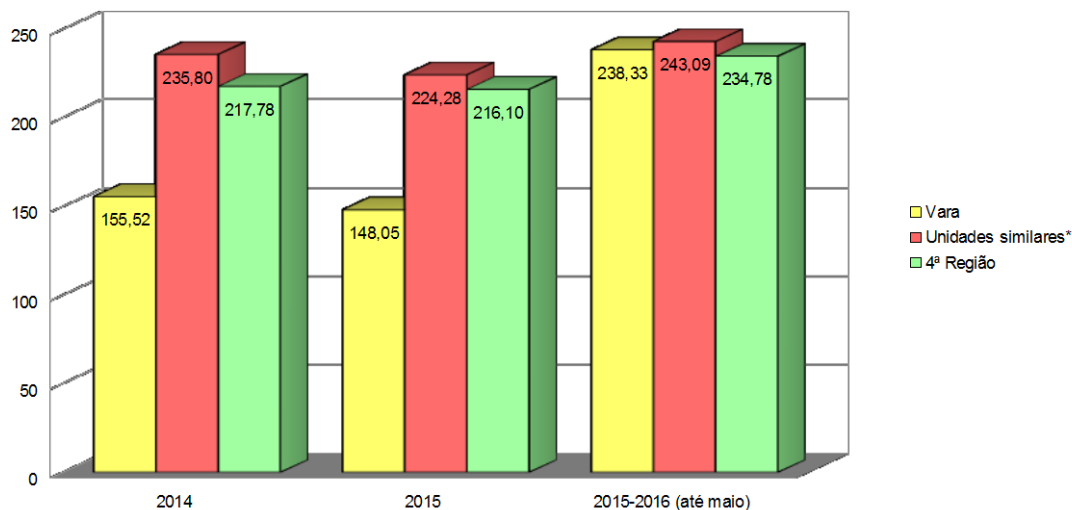
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 80,14 dias, o que equivale a uma redução de 30,79% em relação à média de prazo do ano anterior. Também no rito ordinário houve redução de prazos: o prazo médio, em 2015, alcançou 151,9 dias, prazo este 3,7% mais célere que o de 2014. Os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a maio, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação, tanto em relação ao rito sumaríssimo quanto ao rito ordinário.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 33,99% menor (76,23 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 31,49% menor (68,05 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a maio de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 1,96% mais curto (4,76 dias menor) que o das demais Unidades Similares e 1,51% mais longo (3,54 dias maior) que o prazo médio verificado em toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	328,53	519,65	58,18%	587,50	13,06%
	Média Ente público	1.121,56	3.509,87	212,95%	1.781,75	-49,24%
	Média Geral	398,33	1.155,87	190,18%	659,88	-42,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

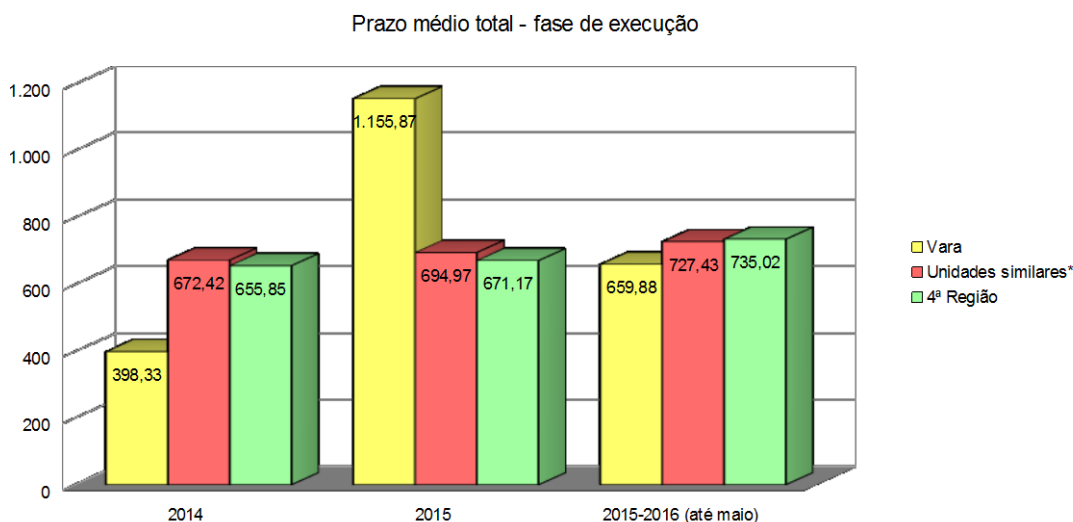
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 328,53 dias, em 2014, para 519,65 dias, em 2015 (acréscimo de 58,18%). Entre janeiro e maio de 2016, da mesma forma, a média aumentou para 587,5 dias, prazo 13,06% maior que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 1.121,56 dias, em 2014, para 3.509,87, em 2015. Contudo, nos primeiros cinco meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 1,781,75 dias, sinalizando uma queda de 49,24% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Unidade foi 460,9 dias maior que o das unidades semelhantes e 484,7 dias maior que a média de toda a 4ª Região, no ano de 2016. Sinala-se que a Unidade apresentou, em 2015, desempenho bastante inferior aquele verificado em 2014, quando as médias processuais na Unidade foram mais céleres que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar e que a média geral de todo o TRT4.



Finalmente, verifica-se que, nos cinco primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 9,29% menor (67,55 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 10,22% (75,14 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.782	1.232	69,14%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
891	865	97,08%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
298	608	204,03%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
12	12	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	33	42
Estado do Rio Grande do Sul	30	43
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	36	14
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	5
União	14	18
OI S.A.	25	32
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	23	1
Caixa Econômica Federal - CEF	19	24
Banco do Brasil S.A.	3	6
Hospital Nossa Senhora da Conceição	27	32
TOTAL	217	217

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
---------------	---------------	---------------------	-----------



217	217	0,00%	Meta não cumprida
-----	-----	-------	-------------------

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	233,5	295,99	231,17	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	567	479	523	454	529	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.05.2016	Solucionados até 31/05/2016	%	Resultado parcial (até 31.05.2016)
786	678	86,26%	Meta ainda não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 01.01.2015 e 31.05.2016	%	Resultado parcial (até 31.05.2016)
976	850	87,09%	Meta ainda não cumprida



5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.05.2016)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.05.2016)
Total de acordos	567	479	523	212	534	Meta ainda não cumprida
Média mensal de acordos	47,25	39,92	43,58	42,40	44,5	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução até 31.05.16	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.05.2016)	Grau de Cumprimento	Resultado
154	111	72,08%	Meta ainda não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.05.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	42	52
União	18	17
Estado do Rio Grande do Sul	43	37



Caixa Econômica Federal - CEF	24	20
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	5
OI S.A.	32	29
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	27	22
Claro S.A.	36	40
Hospital Nossa Senhora da Conceição	32	31
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	15	13
TOTAL	274	266

Total em 2015	Total em 2016	Percentual atingido	Resultado
274	266	-2,92%	Meta cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segunda-feira a quinta-feira, pela manhã e à tarde.

A juíza titular (J1) não faz audiência de instrução. Ainda remanescem na pauta algumas audiências de instrução do juiz titular anterior.

Na triagem inicial dos processos da juíza J1 também é feita a análise da adequação do rito. Se for o caso de procedimento sumaríssimo, determina a emenda da inicial para adequação.

A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6 (Una)	-	6(Una)	-
Tarde	-	7 (Una)	7(Una)	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 04.07.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7 (I) 1 (U) 3(P)	-	7 (I) 1 (U) 3(P)	-	-
Tarde	7 (I) 1 (U) 3(P)	-	-	7 (I) 1 (U) 3(P)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 04.07.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário



Una- Audiências Unas
U – Audiências unas de rito sumaríssimo
P – Audiências de prosseguimento
CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	-	01.08.2016	-	01.08.2016
Una Sumaríssimo	-	29.08.2016	-	29.08.2016
Instrução	-	17.08.2017	-	12.06.2017
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-
Audiência Una	19.08.2016	-	19.08.2016	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 04.07.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015- 2016
		Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	35,74	39,5	10,54%
Média Ordinário	40,9		43,9	7,35%	64,64	47,24%
Média Geral	40,44		43,51	7,58%	64,89	49,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi ampliado de 35,74 dias, em 2014, para 39,5 dias, em 2015 (aumento de 10,54%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 40,9 dias, em 2014, para 43,9 dias, em 2015 (elevação de 7,35%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a maio, apontam elevação de 69,52% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 47,24% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser avaliado durante a inspeção. Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que os prazos médios das audiências iniciais são inferiores aos apontados pelo sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO



Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05.2016)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	26,69	30,45	14,10%	24,82	-18,48%
	Média Ordinário	146,65	186,02	26,84%	235,26	26,47%
	Média Geral	132,36	169,95	28,41%	211,60	24,50%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo elevado de 26,69 dias, em 2014, para 30,45 dias, em 2015 (aumento de 14,1%). Também no rito ordinário houve registro de acréscimo da média de 146,65 dias em 2014, para 186,02 dias, em 2015 (aumento de 26,84%).

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que os prazos médios das audiências de prosseguimento são maiores que os apontados pelo sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Sessim Parisenti	486	280	61	7	834
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	114	59	12	1	186
Felipe Lopes Soares	28	18	5	0	51
Jefferson Luiz Gaya de Goes	760	399	89	7	1.255
Kelen Patrícia Bagetti	65	40	9	0	114
Marcia Padula Mucenic	15	16	1	0	32
TOTAL	1.468	812	177	15	2.472

2016 (até 31.05.2016)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Sessim Parisenti	169	78	19	2	268
Eduardo Batista Vargas	0	0	0	46	46
Jefferson Luiz Gaya de Goes	346	152	42	0	540
Jorge Fernando Xavier de Lima	119	61	13	1	194
Luís Henrique Bisso Tatsch	0	0	0	15	15



Valdete Souto Severo	21	64	86	0	171
TOTAL	655	355	160	64	1.234

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito			TOTAL		
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
André Sessim Parisenti	180	98	1	279	63	342
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	38	74	0	112	14	126
Daniela Meister Pereira	-	17	1	18	-	18
Felipe Lopes Soares	4	12	0	16	4	20
Giovani Martins de Oliveira	-	92	0	92	-	92
Jefferson Luiz Gaya De Goes	188	176	8	372	101	473
Kelen Patrícia Bagetti	26	19	0	45	10	55
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	14	14
Marcia Padula Mucenic	18	66	0	84	6	90
Patricia Zeilmann Costa	-	1	0	1	-	1
Paulo Ernesto Dorn	-	1	0	1	-	1
TOTAL	454	556	10	1.020	212	1.232

Juiz (a)	2016 (até 31.05.2016)	
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito



	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	Total de processos solucionados
André Sessim Parisenti	49	137	0	186	23	209
Eduardo Batista Vargas	18	0	0	18	-	18
Felipe Lopes Soares	-	1	0	1	-	1
Jefferson Luiz Gaya De Goes	66	140	2	208	55	263
Jorge Fernando Xavier de Lima	34	51	0	85	16	101
Luís Henrique Bisso Tatsch	4	0	0	4	-	4
Valdete Souto Severo	41	21	0	62	18	80
Juiz não informado	-	2	0	2	-	2
TOTAL	212	352	2	566	112	678

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.06.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Substituta Kelen Patrícia Bagetti	Processos de cognição	01
Juiz Substituto André Sessim Parisenti	Processos de cognição	02
Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya De Goes	Processos de cognição	187
Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya De Goes	Embargos de Declaração	15
Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya De Goes	Impugnação à Sentença de Liquidação	09
Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya De Goes	Exceção de Pré-Executividade	01
Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya De Goes	Embargos à Execução	06
Total: 221 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 04.07.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 14.05.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e ofícios urgentes são feitos logo após o despacho.



Nos processos físicos, as notificações são feitas diariamente. Os ofícios são feitos em lotes, quando há determinada quantidade para expedir.

Nos processos eletrônicos, como o trabalho é organizado por carteira, são cumpridos conforme as caixas em que organizados.

A Procuradoria é notificada uma vez por semana.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estavam sendo cumpridos os mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPV's despachados em 13 de maio.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são considerados prioritários, motivo pelo qual são feitos diariamente. Os reclamantes são diretamente intimados para ciência.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe diariamente em torno de 20 petições direcionadas aos processos físicos e 80 aos eletrônicos, totalizando 100 petições diárias.

Na data da correição, estava sendo despachado o protocolo do início de junho nos processos físicos e de 08.06.16 nos eletrônicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da correição, nos processos físicos estava sendo certificado o prazo de 30 de abril. No PJe estava sendo certificado o prazo de 21 de junho.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos há remessa ao TRT todas as semanas.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Diariamente é feito arquivamento. Nos processos físicos, os lotes são feitos quando há um volume mínimo de processos.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

Não há execuções reunidas na unidade.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Nos processos físicos, a inscrição no BNDT ocorre após o resultado negativo do Bacen. A devedora é retirada do cadastro após o pagamento. No mesmo despacho que libera o alvará há determinação de retirada do BNDT.

Nos processos eletrônicos, tanto a inscrição quanto a retirada são feitos por meio de decisão.

7.11 EXAME DOS LIVROS



7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0080000-32.2006.5.04.0004	02.03.2016	122 dias
2	0033100-30.2002.5.04.0004	09.05.2016	56 dias
3	0000821-05.2013.5.04.0004	30.05.2016	35 dias
4	0000718-03.2010.5.04.0004	03.06.2016	31 dias
5	0001102-58.2013.5.04.0004	09.06.2016	25 dias
6	0000626-25.2010.5.04.0004	13.06.2016	21 dias
7	0116500-39.2002.5.04.0004	14.06.2016	20 dias
8	0000054-98.2012.5.04.0004	16.06.2016	18 dias
9	0027500-57.2004.5.04.0004	20.06.2016	14 dias
10	0000355-11.2013.5.04.0004	22.06.2016	12 dias
11	0000965-13.2012.5.04.0004	23.06.2016	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.07.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

Conforme relato da Diretora, a cobrança das cargas é feita semanalmente.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000991-11.2012.5.04.0004	10.06.2016	24 dias
2	0131500-35.2009.5.04.0004	21.06.2016	13 dias
3	0000846-52.2012.5.04.0004	21.06.2016	13 dias
4	0000195-20.2012.5.04.0004	21.06.2016	13 dias
5	0079400-74.2007.5.04.0004	21.06.2016	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.07.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, em muitos casos, a despeito da demora na devolução dos autos, foram apresentados requerimentos de dilação de prazo que, submetidos ao crivo jurisdicional, foram concedidos. Entretanto, o prazo deferido não foi registrado no sistema informatizado, de forma que o processo permanece com carga vencida.

7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias



Carga OJ		Processo	Prazo
1	004-00079/16	0000812-43.2013.5.04.0004	16.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.07.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 04.07.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **258 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000637-20.2011.5.04.0004
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
2	Processo nº 0015700-61.2006.5.04.0004
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução dos autos no termo de carga da fl. 440. (Art. 53, parágrafo único, da CPCr) Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 458v não menciona os documentos (fls.462 - 463) que acompanham a petição da reclamante. (Art. 101, parágrafo único, da CPCr) Movimentação Processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 01.04.2016 relativo ao aguardo de resposta de ofício expedido ao Juízo Cível em 18.11.2015 (fl. 504), não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.	
3	Processo nº 0001231-68.2010.5.04.0004
Fase: Execução Aspectos Gerais dos Autos: termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 419v não menciona que a petição da reclamada é apresentada documentos aos autos (fls. 421 - 520). (Art. 101, parágrafo único, da CPCr) Movimentação Processual: nada a apontar.	
4	Processo nº 0000239-10.2010.5.04.0004
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
5	Processo nº 0000370-14.2012.5.04.0004
Fase: Conhecimento	



Aspectos Gerais dos Autos: termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 326v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fl. 336 e verso) que acompanham o recurso ordinário da 2ª reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPC/R).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – processo sem movimentação há mais de 30 dias: após juntada de petição protocolada pela 2ª reclamada em 10.05.2016 (fl. 445v) relativa à manifestação sobre os cálculos de liquidação apresentados pelo reclamante, não houve conclusão dos autos ou qualquer impulso processual.

6 **Processo nº 0130600-52.2009.5.04.0004**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 17.03.2015 (fl. 315), com cumprimento efetivado em 16.04.2015 (fl. 316).

7 **Processo nº 0037200-96.2000.5.04.0004**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: 1) tentativas de bloqueio de valores através do convênio Bacenjud realizadas entre 09.06.2014 e 07.07.2014 (fls. 284 -287). Diante do resultado negativo, foi expedida notificação ao reclamante em 07.08.2014 para indicação de bens passíveis de penhora (fl. 288). 2) Expedição de ofício ao Juízo deprecado em 25.09.2015 (fl. 367), solicitando o prosseguimento da execução. Em seguida, foi proferido despacho, apenas, em 18.01.2016 (fl. 371), determinando o aguardo de resposta do referido ofício por 15 dias, com renovação da determinação em 21.03.2016 (fl. 372). Após a expedição do ofício em 31.03.2016 (fl. 373), sem resposta do Juízo deprecado, não houve novo impulso processual.

8 **Processo nº 0000338-09.2012.5.04.0004**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 17.05.2016 (fl. 101), determinando a renovação de ofício, sem cumprimento posterior observado.

9 **Processo nº 0001147-33.2011.5.04.0004**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 05.02.2016 para ciência da reclamada acerca de penhora, com certidão correspondente exarada em 15.06.2016 (fl. 81v).

10 **Processo nº 0001022-94.2013.5.04.0004**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 348v não menciona que a petição da reclamada é acompanhada por documentos (fls. 351v -352v). (Art. 101, parágrafo único, da CPC/R)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – processo sem movimentação há mais de 30 dias: após o vencimento do prazo em 01.03.2016 para ciência do reclamante acerca da decisão proferida em 11.01.2016 (fl. 362), que julgou extinta a execução.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR



No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 04.07.2016.

Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0123400-91.2009.5.04.0004	0001130-94.2011.5.04.0004
0001408-61.2012.5.04.0004	0001391-59.2011.5.04.0004
0001405-43.2011.5.04.0004	0000781-23.2013.5.04.0004
Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto – Processos Exemplos:	
0000112-67.2013.5.04.0004	
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
	0069100-53.2007.5.04.0004
0036200-56.2003.5.04.0004	0029800-21.2006.5.04.0004

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, há liberação do depósito recursal quando há valor incontroverso reconhecido pela reclamada. Se o cálculo não é da reclamada, há liberação do depósito recursal apenas quando homologada a conta.

Conforme a Diretora, a juíza titular não libera mais o depósito recursal ao autor antes de o processo subir ao TRT porque ficou demonstrado que a tramitação demorava mais, causando transtorno ao processo.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que a Juíza titular determina a intimação do procurador da devedora para pagamento da dívida em 48 horas, sob pena de aplicação de multa. Não ocorrendo o



pagamento no prazo, mas havendo reclamada condenada subsidiariamente, é redirecionada a execução para essa. Apenas na inexistência de reclamada subsidiária ocorre o redirecionamento da execução ao sócio.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 01.07.2016, ocasião em que o acervo processual da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre contava com 2.606 processos na fase de conhecimento, 148 processos na fase de liquidação, 192 processos na fase de execução e 2003 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com pedido de sigilo não apreciado	2		
Processos com petições avulsas	92	20026-15.2016.5.04.0004	01.06.16
Processos com habilitações nos autos não lidas	9		
Com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado	6	20970-17.2016.5.04.0004	22.06.16
Com petições não apreciadas	463	20524-14.2016.5.04.0004	08.06.16
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	32		
Processos com audiências não designadas	51		
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	11		

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Audiência	Conhecimento	766	21034-61.2015.5.04.0004	09.09.2015
Análise do Conhecimento	Conhecimento	87	20398-61.2016.5.04.0004	23.06.2016
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	149	21504-92.2016.5.04.0004	18.05.2016



Aguardando Cumprimento de Providência – Liq	Liquidação	36	20256-28.2014. 5.04.0004	23.05.2016
Análise de Liquidação	Liquidação	14	20393-39.2016.5.04.0004	01.06.2016
Preparar comunicação	Liquidação	2	20487-2.2015. 5.04.0004	27.05.2016
Aguardando término de prazos	Execução	31	20771-92.2016.5.04.0004	31.05.2016
Prazos vencidos	Execução	43	20281-07.2016.5.04.0004	24.05.2016

Já, para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 20.06 e 21.06.2016:

1	Processo nº 0021521-31.2015.5.04.0004
Fase: Conhecimento - Sumaríssimo Movimentação Processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 20.02.2016 (ID be14c9a) para reclamante informar data para inclusão do processo em pauta, não houve impulso por iniciativa do Juízo. Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos - Carteira 0 e 1” desde 20.02.2016	
2	Processo nº 0020440-47.2015.5.04.0004
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 09.05.2016 (ID c001e76) para reclamante informar o atual endereço da reclamada, não houve impulso por iniciativa do Juízo. Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos - Carteira 0 e 1” desde 11.05.2016.	
3	Processo nº 0020821-89.2014.5.04.0004
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – acordo parcelado celebrado em audiência realizada em 13.04.2015, com previsão para pagamento da última parcela para o dia 17/02/2016. Transcorridos dez dias contados do vencimento, sem manifestação do reclamante, não houve movimentação processual segundo as determinações preestabelecidas nos termos de homologação do acordo (ID d26c98d). Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - - Carteira 6 e 7 - Maria do Carmo” desde 14.04.2015.	
4	Processo nº 0020996-49.2015.5.04.0004
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – após a interposição de recurso ordinário pelo reclamante em 04.02.2016 (ID d9bf900), foi proferido despacho de admissibilidade em 06.04.2016 (ID 1e3c16a), determinando a notificação da reclamada para contrarrazões. Após a expedição da referida notificação, os antigos Procuradores das reclamadas apresentaram requerimento de descadastramento do sistema como representantes das reclamadas (IDs 42a5cee e 1b90c5d), sem apreciação posterior pelo Juízo. Processo na pasta de tarefa “Análise do Conhecimento - NADIR” desde 19.04.2015.	
5	Processo nº 0021220-84.2015.5.04.0004
Fase: Conhecimento	



Movimentação processual: demora no impulso processual – após o protocolo da petição de contrarrazões pela reclamada em 12.04.2016 (ID 95fb6c7), sem movimentação processual posterior quanto à remessa dos autos ao Tribunal, conforme preestabelecido no despacho proferido em 08.04.2016 (ID aa1d9c5).
Processo na pasta de tarefa “Remeter ao 2o Grau - PROCESSOS COM ERRO” desde 09.05.2016.

6

Processo nº 0020327-30.2014.5.04.0004

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – processo sem movimentação há mais de 30 dias: após a expedição de mandado de citação destinado à 1ª reclamada (ID 1e46451), com vencimento de prazo verificado em 02.03.2016, não houve impulso processual de acordo com as determinações preestabelecidas na decisão proferida em 09.12.2015 (ID 422cb23).
Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos - Carteira 6 e 7” desde 03.03.2016.

7

Processo nº 0020144-59.2014.5.04.0004

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – não houve apreciação pelo Juízo de petição protocolada pela reclamada em 04.05.2016 (ID d2ef732) relativa à homologação de cálculos impugnados pelo reclamante.
Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos - Carteira 8 e 9” desde 12.05.2016.

8

Processo nº 0020119-46.2014.5.04.0004

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – petição de homologação de cálculos protocolada pelo reclamante em 17.12.2015, sem apreciação posterior pelo Juízo.
Processo na pasta de tarefa “Análise de Liquidação - Erocí” desde 12.01.2016.

9

Processo nº 0020856-15.2015.5.04.0004

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 03.02.2016 (ID b146472), determinando a tentativa de penhora via convênio Bacenjud e, sucessivamente, a consulta ao sistema Renajud para fins de eventual registro da restrição judicial. Posteriormente, é possível verificar, apenas, a consulta ao sistema Renajud efetivada em 11.05.2016 (ID 7178837).
Petição protocolada sem apreciação posterior pelo Juízo – petição protocolada pelo reclamante em 16.05.2016 (ID c6e050b), requerendo a desconsideração da personalidade jurídica da executada, sem apreciação posterior.
Processo na pasta de tarefa “Minutar Despacho - Exec” desde 14.06.2016

10

Processo nº 0020812-30.2014.5.04.0004

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e decisão subsequente: vencimento do prazo para pagamento nos termos do artigo 475-J em 04.03.2016, com decisão relativa ao impulso processual, por iniciativa do Juízo, proferida, apenas, em 10.05.2016.
Demora no impulso processual – decisão proferida em 10.05.2016 (ID 822e517), determinando a verificação do saldo do depósito recursal com posterior lançamento de conta, expedição de alvará e tentativa de penhora via Sistema Bacen-Jud, sem cumprimento posterior verificado.
Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Lançar conta” desde 09.06.2016.



A Diretora de Secretaria informou que, quando assumiu a Direção da Vara, o trabalho no PJE estava bastante atrasado. Os processos não eram movimentados. Adotou o sistema de trabalho por carteira e solicitou orientação da SETIC sobre o fluxo dos processos no sistema PJE. A partir de então, dividiu as pastas por datas e foram estabelecidos prazos para serem examinados os processos em todas as fases (instrução, liquidação e execução). Os servidores que atuam no PJE examinam as caixas **protocolo, prazo vencido e aguardando cumprimento de providências**. As demais caixas são acompanhadas pela Diretora. A própria Diretora assumiu, na organização por carteira, dois finais, tendo em vista a falta de servidores. Na tentativa de não deixar os processos físicos muito atrasados, por vezes redistribui os processos da sua carteira para os demais.

Ressaltou que, quando assumiu a Direção, a liquidação no PJe estava em novembro/2015. Então, organizou e analisou os processos dessa fase para que tivessem seu andamento normalizado.

O Assistente da Diretora, Peterson de Medeiros Batista, ressaltou que a nova sistemática de trabalho não está privilegiando os “agrupadores”, mas sim o conjunto das “caixas” na tentativa de não deixar nenhum processo atrasado, especialmente em relação aos cumprimentos.

Os processos, após a assinatura dos despachos, são colocados na pasta **aguardando cumprimento de providências** e, posteriormente, distribuídos para quem redigiu o despacho, para cumprimento.

A triagem inicial nos processos é feita pelos assistentes dos juízes titular e substituto.

A Diretora mencionou que o fato do sistema estar disponível às partes em sábados e domingos gera um trabalho praticamente invencível, uma vez que sempre encontram acúmulo de processos nas caixas no início da semana.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **10 expedientes** relativos à 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre durante o período correccionado: 3 no ano de 2015 e 7 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	4547/2015	0119700-10.2009.5.04.0004



2015	3523/2015	0020172-90.2015.5.04.0004
2015	167/2015	0001224-71.2013.5.04.0004
2016	1012/2016	0001428-86.2011.5.04.0004
2016	1042/2016	0020951-79.2014.5.04.0004
2016	1155/2016	0020782-58.2015.5.04.0004
2016	1236/2016	0020535-77.2015.5.04.0004
2016	1493/2016	0020477-11.2014.5.04.0004
2016	2511/2016	0020782-58.2015.5.04.0004
2016	146/2016	0021345-86.2014.5.04.0004

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Na data da correição, 30% dos processos da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre tramitavam em meio físico e 70% em meio eletrônico. O acervo processual da unidade vem apresentando elevação nos últimos anos: eram **3.800** processos no ano de 2013, **4.001** no ano de 2014, **4.369** em 2015, e **4.734** no final do mês de maio de 2016. No mesmo período, observa-se uma sensível redução no número de processos solucionados na Unidade Judiciária: foram solucionados 1.513 processos no ano de 2013, 1.447 no ano de 2014, 1.232 em 2015 e 678 até 31.05.2016. Essa tendência vai de encontro ao resultado das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, as quais registraram elevação no número de processos solucionados. Quanto à execução, a unidade vem registrando queda paulatina no seu acervo, conforme se pode aferir pelos resultados desde o ano de 2013. Nos primeiros meses de 2016, entretanto, houve elevação no número de processos em execução - o que deve merecer especial atenção da unidade.

A 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresenta alta movimentação de servidores. De acordo com a listagem obtida junto ao sistema de Recursos Humanos, durante o período correccionado, 11 servidores saíram da unidade; desses, 6 permaneceram na unidade por um período inferior a 01 ano (item 2.2.5 desse relatório). Para agravar esse quadro, segundo a Diretora, a unidade conta com um servidor a menos e uma servidora afastada em razão de licença-maternidade. Houve muita rotatividade nos últimos meses em virtude de convites a servidores da Vara para atuarem no TRT.

Segundo o Assistente da Diretora, cinco servidores aderiram à greve ocorrida em 2015 praticamente durante todo o período pela qual perdurou. O atraso gerado nas atividades da secretaria foi muito grande, pois somente permaneceram trabalhando o diretor, seu assistente e o secretário de audiência. Entretanto, foi realizado um mutirão para que tudo estivesse em dia até dezembro de 2015, o que de fato ocorreu, tendo havido, inclusive, expedição de Portaria de Louvor.

Em decorrência da sobrecarga de trabalho no segundo semestre de 2015 e das férias dos servidores no primeiro semestre de 2016, houve novo



acúmulo de trabalho em 2016, o qual sofreu influência, também, da troca do juiz titular e do diretor da unidade.

A atual diretora assumiu a unidade em abril deste ano. Ela e a juíza titular estão na unidade desde 18.04.2016, portanto, há apenas dois meses e meio. Sobre a situação da Unidade quando assumiu a direção da Vara, a Diretora disse que o PJe estava atrasado e os processos físicos em dia. Por isso, privilegiou os processos eletrônicos nos últimos meses. Ressaltou que antes eram priorizados os agrupadores de petições e que havia acúmulo nos cumprimentos. Registrou, ainda, que tanto a liquidação quanto a execução estavam represadas por não haver definição acerca do índice de correção a ser utilizado nos cálculos. Informou, também, haver muitos documentos para serem eliminados. Observou ainda que, toda sexta-feira, desde que assumiu, faz uma rodada de discussão com toda a equipe.

A Juíza titular realiza unicamente audiências unas, havendo apenas um resquício dos prosseguimentos marcados pelo Juiz Titular anterior. Tem entendimento particular acerca do Rito Sumaríssimo, o qual entende fazer parte de política judiciária, motivo pelo qual, em contratos curtos, com salários baixos, manda a parte emendar a ação e alterar o rito de Ordinário para Sumaríssimo. Avalia, também, a necessidade de perícia.

O Juiz substituto não inclui em pauta as consignações de pagamento.

Os juízes titular e substituto chegaram a um consenso acerca do índice de correção a ser utilizado nos cálculos, motivo pelo qual não há mais processos represados nas fases de liquidação e execução. Quando os embargos à execução versam unicamente sobre o índice de correção, a decisão é feita na própria secretaria.

A Juíza Titular realiza muitos acordos; não há, contudo, pautas específicas para homologação. Existe uma combinação com os advogados no sentido de que eles compareçam com a petição já redigida do ajuste, na companhia de seus constituintes: a inclusão do processo para homologação em pauta é feita no mesmo dia. A Juíza costuma registrar os honorários do advogado em ata para evitar problemas do reclamante com o recolhimento fiscal pertinente. Faz, também, uma boa parte de suas sentenças líquidas, com a atuação de peritos contadores por ela nomeados. Muitos processos que estavam parados aguardando instrução foram por ela encerrados após notificação das partes (quando não havia necessidade de audiência de instrução).

A Vara conta com o auxílio de dois estagiários, número que, segundo a Diretora, é suficiente, pois eles demandam tempo para acompanhamento.

Em decorrência do vendaval ocorrido no mês de fevereiro, que causou estragos em várias unidades desta Justiça, a Vara teve vários problemas na sua estrutura física – um dos aparelhos de ar condicionado chegou a cair. Contudo, segundo a Diretora, todos os problemas foram prontamente resolvidos assim que feita a solicitação.

A Diretora está aguardando a vinda de uma servidora do setor de Arquivo, a qual está fazendo muita falta, pois além do quadro estar incompleto, há servidor em LTS.

Em conversa com a Diretora e seu Assistente, foi sugerido por essa Vice-Corregedoria o auxílio da equipe do Serviço de Apoio Temporário da



Corregedoria (SAT) na unidade, principalmente para regularizar o prazo vencido, o que foi prontamente aceito.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o empenho dos juízes em exercício e de todos os servidores para a recuperação do trabalho. Destaca-se a cordialidade dispensada pelos servidores por ocasião da inspeção.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não observada a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD,



Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação aos maiores litigantes (item 5.1.5).

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Recomenda-se que a Secretaria:

- a) Atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne à efetivação dos atos estabelecidos em fase de execução, como a tentativa de bloqueio de valores via Bacenjud e consulta ao sistema Renajud para registro de restrições.
- b) Atente para a necessidade da efetivação dos atos de lançamento de conta e expedição de alvará logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido.
- c) Transcorrido o prazo sem a correspondente manifestação da parte, realize o impulso processual, por iniciativa do Juízo, em curto espaço de tempo.
- d) Aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne às manifestações relativas à fase de elaboração de cálculos.

14 DETERMINAÇÕES

14.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR.

Determina-se ainda, que, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, a Unidade verifique a situação dos executados em relação ao BNDT.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)



Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração apresentados pelo reclamante no processo nº 0000255-56.2013.5.04.0004;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da impugnação à sentença de liquidação no processo nº 0000531-92.2010.5.04.0004;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução/penhora no processo nº 0000100-53.2013.5.04.0004;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo n. 0000100-53.2013.5.04.0004.

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 5/2016)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **29 processos** dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias) da data da consulta ao sistema inFOR

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) Adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- b) Retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela



verificada nos seguintes processos: 0037200-96.2000.5.04.0004, 0001147-33.2011.5.04.0004 e 0001022-94.2013.5.04.0004;

- c) Atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne à efetivação dos atos necessários ao impulso oficial em fase de execução;
- d) Observe o que dispõe o parágrafo único do artigo 53 da CPCR quanto ao registro da data da devolução dos autos.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **258 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de n. 0001408-61.2012.5.04.0004; 0123400-91.2009.5.04.0004; 0001130-94.2011.5.04.0004; 0001391-59.2011.5.04.0004; 0001405-43.2011.5.04.0004; 0000781-23.2013.5.04.0004, dentre outros;
- b) atualize os registros de processos como os de n. 0000112-67.2013.5.04.0004; 0069100-53.2007.5.04.0004; 0036200-56.2003.5.04.0004; 0029800-21.2006.5.04.0004.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Jefferson Luiz Gaya de Goes; Kelen Patrícia Bagetti e André Sessim Parisenti profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O Juiz Jefferson Luiz Gaya de Goes deverá informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação, tendo em vista que a consulta ao Projeto BI TRT4 foi feita em 04.07.2016 com dados consolidados até o dia 31.05.2016.

A lista com os processos conclusos há mais de 50 dias está juntada ao fim deste relatório.



15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à **Corregedoria** o agendamento da equipe de Serviço de Apoio Temporário da Corregedoria (SAT) para regularizar o prazo vencido na Unidade.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

O Juiz Jefferson Luiz Gaya de Goes deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observado o prazo estipulado.

17 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Substituto Jefferson Luiz Gaya de Goes, com a Diretora de Secretaria Nadir da Costa Jardim e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h30min às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Ninguém compareceu.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Jefferson Luiz Gaya de Goes, pela Diretora de Secretaria Nadir da Costa Jardim, pelo Assistente de Direção Peterson de Medeiros Batista e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



Kelen Patrícia Bagetti - Instrução processual encerrada (1 processo)

0020231-49.2013.5.04.0004

André Sessim Parisenti - Instrução processual encerrada (2 processos)

0021608-84.2015.5.04.0004

0020809-41.2015.5.04.0004

Jefferson Luiz Gaya De Goes - Instrução processual encerrada (187 processos)

0000006-37.2015.5.04.0004

0021407-29.2014.5.04.0004

0021180-39.2014.5.04.0004

0021465-32.2014.5.04.0004

0021440-19.2014.5.04.0004

0020474-56.2014.5.04.0004

0021495-67.2014.5.04.0004

0021544-11.2014.5.04.0004

0021562-32.2014.5.04.0004

0021727-79.2014.5.04.0004

0021746-85.2014.5.04.0004

0020729-14.2014.5.04.0004

0021038-98.2015.5.04.0004

0021603-96.2014.5.04.0004

0020323-56.2015.5.04.0004

0020560-27.2014.5.04.0004

0020338-25.2015.5.04.0004

0021636-86.2014.5.04.0004

0020023-94.2015.5.04.0004

0020346-02.2015.5.04.0004

0021654-10.2014.5.04.0004

0020367-75.2015.5.04.0004

0021713-95.2014.5.04.0004

0021004-26.2015.5.04.0004

0021710-43.2014.5.04.0004

0021657-62.2014.5.04.0004

0020441-32.2015.5.04.0004

0020408-42.2015.5.04.0004

0020419-71.2015.5.04.0004

0020436-10.2015.5.04.0004

0020439-62.2015.5.04.0004



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020458-68.2015.5.04.0004
0020718-82.2014.5.04.0004
0021665-39.2014.5.04.0004
0021592-67.2014.5.04.0004
0020031-71.2015.5.04.0004
0021658-47.2014.5.04.0004
0021288-34.2015.5.04.0004
0021260-66.2015.5.04.0004
0021708-73.2014.5.04.0004
0020006-58.2015.5.04.0004
0020166-83.2015.5.04.0004
0020531-40.2015.5.04.0004
0020470-82.2015.5.04.0004
0021672-31.2014.5.04.0004
0021685-30.2014.5.04.0004
0021701-81.2014.5.04.0004
0021649-85.2014.5.04.0004
0021548-48.2014.5.04.0004
0020223-04.2015.5.04.0004
0021557-73.2015.5.04.0004
0020636-17.2015.5.04.0004
0020654-38.2015.5.04.0004
0020100-06.2015.5.04.0004
0021745-03.2014.5.04.0004
0020499-35.2015.5.04.0004
0020658-75.2015.5.04.0004
0020789-50.2015.5.04.0004
0021686-15.2014.5.04.0004
0020366-90.2015.5.04.0004
0021748-55.2014.5.04.0004
0020524-48.2015.5.04.0004
0020492-43.2015.5.04.0004
0020482-96.2015.5.04.0004
0020493-28.2015.5.04.0004
0020496-80.2015.5.04.0004
0021273-65.2015.5.04.0004
0020098-36.2015.5.04.0004
0020008-28.2015.5.04.0004
0021738-11.2014.5.04.0004
0020061-09.2015.5.04.0004



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020104-43.2015.5.04.0004
0020791-20.2015.5.04.0004
0020103-58.2015.5.04.0004
0020220-49.2015.5.04.0004
0020850-42.2014.5.04.0004
0020140-85.2015.5.04.0004
0020468-15.2015.5.04.0004
0020477-74.2015.5.04.0004
0020737-54.2015.5.04.0004
0020796-76.2014.5.04.0004
0020756-60.2015.5.04.0004
0020142-55.2015.5.04.0004
0020928-36.2014.5.04.0004
0020865-74.2015.5.04.0004
0020188-44.2015.5.04.0004
0020955-19.2014.5.04.0004
0020250-84.2015.5.04.0004
0020063-76.2015.5.04.0004
0020728-29.2014.5.04.0004
0020042-03.2015.5.04.0004
0020085-37.2015.5.04.0004
0020970-51.2015.5.04.0004
0020429-18.2015.5.04.0004
0021371-50.2015.5.04.0004
0020606-79.2015.5.04.0004
0020609-34.2015.5.04.0004
0020232-63.2015.5.04.0004
0021307-74.2014.5.04.0004
0020485-85.2014.5.04.0004
0020973-06.2015.5.04.0004
0020464-75.2015.5.04.0004
0020132-11.2015.5.04.0004
0020785-13.2015.5.04.0004
0021050-15.2015.5.04.0004
0020503-72.2015.5.04.0004
0021604-81.2014.5.04.0004
0021650-70.2014.5.04.0004
0020015-83.2016.5.04.0004
0020520-11.2015.5.04.0004
0020348-69.2015.5.04.0004



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021011-18.2015.5.04.0004
0020525-33.2015.5.04.0004
0020034-89.2016.5.04.0004
0021013-85.2015.5.04.0004
0020532-25.2015.5.04.0004
0020240-40.2015.5.04.0004
0020011-46.2016.5.04.0004
0020082-82.2015.5.04.0004
0021033-76.2015.5.04.0004
0020555-68.2015.5.04.0004
0020371-15.2015.5.04.0004
0020319-19.2015.5.04.0004
0021040-68.2015.5.04.0004
0020558-23.2015.5.04.0004
0020387-66.2015.5.04.0004
0020230-93.2015.5.04.0004
0020079-93.2016.5.04.0004
0020415-34.2015.5.04.0004
0020019-23.2016.5.04.0004
0021731-82.2015.5.04.0004
0020808-56.2015.5.04.0004
0020548-76.2015.5.04.0004
0021058-89.2015.5.04.0004
0020421-41.2015.5.04.0004
0021001-08.2014.5.04.0004
0021310-29.2014.5.04.0004
0021563-17.2014.5.04.0004
0021645-48.2014.5.04.0004
0021042-38.2015.5.04.0004
0020081-97.2015.5.04.0004
0021070-06.2015.5.04.0004
0020616-26.2015.5.04.0004
0021053-04.2014.5.04.0004
0021541-56.2014.5.04.0004
0021324-76.2015.5.04.0004
0020549-61.2015.5.04.0004
0020467-30.2015.5.04.0004
0020620-63.2015.5.04.0004
0020980-32.2014.5.04.0004
0020168-19.2016.5.04.0004



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021109-03.2015.5.04.0004
0020628-40.2015.5.04.0004
0021092-98.2014.5.04.0004
0021205-52.2014.5.04.0004
0021530-27.2014.5.04.0004
0021443-71.2014.5.04.0004
0021447-11.2014.5.04.0004
0020215-27.2015.5.04.0004
0021810-61.2015.5.04.0004
0020631-92.2015.5.04.0004
0020883-95.2015.5.04.0004
0020667-37.2015.5.04.0004
0020582-51.2015.5.04.0004
0021566-35.2015.5.04.0004
0020931-54.2015.5.04.0004
0020659-60.2015.5.04.0004
0020888-20.2015.5.04.0004
0020587-73.2015.5.04.0004
0020028-19.2015.5.04.0004
0020311-08.2016.5.04.0004
0020818-03.2015.5.04.0004
0020269-90.2015.5.04.0004
0021171-77.2014.5.04.0004
0020423-11.2015.5.04.0004
0021393-45.2014.5.04.0004
0021331-05.2014.5.04.0004
0021212-10.2015.5.04.0004
0020764-37.2015.5.04.0004
0020604-12.2015.5.04.0004
0020168-53.2015.5.04.0004
0020692-50.2015.5.04.0004
0020335-36.2016.5.04.0004
0020306-88.2013.5.04.0004
0020745-31.2015.5.04.0004
0020091-44.2015.5.04.0004
0020359-50.2015.5.04.0020

Jefferson Luiz Gaya De Goes - Embargos de declaração (15 processos)

0001001-21.2013.5.04.0004
0020869-48.2014.5.04.0004



0020932-73.2014.5.04.0004
0021125-88.2014.5.04.0004
0020382-15.2013.5.04.0004
0020993-31.2014.5.04.0004
0020578-94.2014.5.04.0021
0021253-11.2014.5.04.0004
0021255-78.2014.5.04.0004
0021046-12.2014.5.04.0004
0020794-72.2015.5.04.0004
0021168-25.2014.5.04.0004
0021072-10.2014.5.04.0004
0021047-94.2014.5.04.0004
0020300-13.2015.5.04.0004

Jefferson Luiz Gaya De Goes - Impugnações à sentença de liquidação (9 processos)

0001221-53.2012.5.04.0004
0001399-36.2011.5.04.0004
0001324-94.2011.5.04.0004
0000207-34.2012.5.04.0004
0127600-44.2009.5.04.0004
0000487-39.2011.5.04.0004
0000722-40.2010.5.04.0004
0001295-73.2013.5.04.0004
0081200-69.2009.5.04.0004

Jefferson Luiz Gaya De Goes - Exceções de Pré-executividade (1 processo)

0070200-09.2008.5.04.0004

Jefferson Luiz Gaya De Goes - Embargos à execução (6 processos)

0001537-03.2011.5.04.0004
0001108-65.2013.5.04.0004
0000249-54.2010.5.04.0004
0000518-59.2011.5.04.0004
0001295-73.2013.5.04.0004
0001532-78.2011.5.04.0004